



## CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

**CONTRATO ADMINISTRATIVO DE "FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ELECTROBOMBAS E EQUIPAMENTOS ACESSÓRIOS PARA AS FONTES DO ALAMEDA E RELÓGIO" ADJUDICADO À SOCIEDADE COMERCIAL CARLOS OLIVEIRA CASEIRO - MANUTENÇÃO DE FONTES LUMINOSAS, UNIPessoal, LDA, DE AGUALVA - CACÉM [PF 281/2017]** -----

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia **15 de março de 2017**, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o senhor **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da extinta freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador), atualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, residente no lugar da Aldeia, freguesia do Couto, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de **presidente da referida Câmara Municipal, em representação do Município de Arcos de Valdevez**, pessoa coletiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e de harmonia com a deliberação da Câmara Municipal, de 24 de Fevereiro de 2017, que autorizou a celebração do contrato e aprovou a respetiva minuta, como primeiro outorgante; e -----

**Carlos Maria de Oliveira Caseiro**, casado, titular do Cartão de Cidadão n.º 5055787 4ZZ4, casado, natural da freguesia de Barcarena, concelho de Oeiras, residente na Rua Anta de Agualva, nº 16 – 4º B, Agualva - Cacém, que outorga na qualidade de único sócio e gerente, em representação da sociedade comercial por quotas, que usa a firma **CARLOS OLIVEIRA CASEIRO - MANUTENÇÃO DE FONTES LUMINOSAS, UNIPessoal, LDA**, com sede na referida Rua Anta de Agualva, nº 16 – 4º B, Agualva-Cacém, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Sintra sob o número único de matrícula e de identificação de pessoa coletiva **509 940 528**, com o capital social de € 1.000, como segundo outorgante, a fim de reduzir a escrito o



respetivo contrato, nos termos e condições constantes das cláusulas seguintes: -----

**Primeira:** O Município de Arcos de Valdevez, representado do primeiro outorgante, por Deliberação camarária de **24 de Fevereiro de 2017**, adjudicou, por Ajuste Directo, nos termos dos artigos 20º, nº 1, e 124º, e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, à representada do segundo outorgante, o **“FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ELECTROBOMBAS E EQUIPAMENTOS ACESSÓRIOS PARA AS FONTES DO ALAMEDA E RELÓGIO”**. -----

Pela referida Deliberação da Câmara Municipal aprovou ainda a minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 98º do Código dos Contratos Públicos. -----

**Segunda:** O preço contratual é de **€ 17.250,00 (dezasete mil duzentos e cinquenta euros)**, mais IVA, à taxa legal em vigor. -----

**Terceira:** O prazo contratual do fornecimento adjudicado é de **60 dias**, a contar da data da assinatura do presente contrato. -----

**Quarta:** O pagamento dos encargos resultantes do presente contrato de fornecimento será efetuado no prazo de 60 dias a contar da data da apresentação da correspondente fatura. -----

**Quinta:** O encargo resultante deste contrato será satisfeito pela rubrica orçamental seguinte: -----

- Classificação Orgânica – **Capítulo 02** – Câmara Municipal e Serviços Municipais. -----

- Classificação Económica – **Agrupamento 02** – Aquisição de Bens e Serviços; **Subagrupamento – 01** – Aquisição de bens; **Rubrica 14** – Outro material – Peças.-----

**Sexta:** O presente contrato não está sujeito a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, designadamente, do artigo 130º, nº1 da Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas

disposições legais aplicáveis, nomeadamente, o Código dos Contratos Públicos, e demais legislação em vigor. -----

**Sétima:** 1 - Fazem parte integrante deste contrato: -----

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e aceites pela Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 61º do CCP; -----

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos; -----

c) **O caderno de encargos;** -----

d) **A proposta adjudicada.** -----

2 - Em caso de divergência entre os documentos referidos nos números anteriores, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

3 - Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

**Oitava:** É dispensada a apresentação de qualquer caução pelo adjudicatário, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos. -----

**Nona:** Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

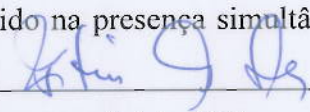
**Décima:** O segundo outorgante declara aceitar, para a sua representada, o presente contrato, nos termos exarados. -----


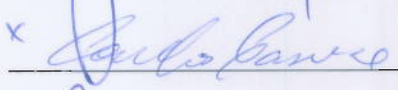
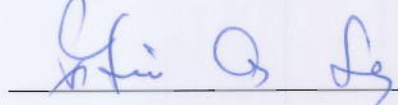
**Décima Primeira:** Que se obriga a realizar o fornecimento adjudicado dentro das boas normas de execução e nos termos da respetiva proposta e do caderno de encargos. -----

Foram apresentados pelo segundo outorgante os seguintes documentos, que ficam arquivados com o presente contrato: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua



situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **29-12-2016**, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Sintra-3. Cacém, em **24-01-2017**, comprovativa de que a referida sociedade tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses; c) Certidão Permanente do Registo Comercial com o código de acesso 0012-2485-6037, subscrita em 25-11-2013 e válida até **25-11-2018**, com os elementos respeitantes à matrícula da referida sociedade, pela qual foi igualmente conferida a qualidade do segundo outorgante e a suficiência de poderes para intervir neste ato; e) Documentos comprovativos de que não se encontram na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; f) Declaração ANEXO II, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar vai o presente contrato ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim,  Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste acto. -----

Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº **38/029/2017**.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº **10/2017**